



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - São Paulo - SP - www.jfsp.jus.br
11ª andar

ATA Nº 9861939/2023

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA	
Evento:	8.ª Audiência Pública do Orçamento-Programa Participativo (<i>iNovaJusp</i>)
Data:	06/06/2023
Horário:	14h00
Local:	Ambiente virtual via ferramenta <i>Microsoft Teams</i>
Componentes da Mesa:	Márcio Ferro Catapani Juiz Federal Diretor do Foro
	Samuel de Castro Barbosa Melo Juiz Federal Vice-Diretor do Foro do interior
Processo:	0005821-13.2023.4.03.8001
ASSUNTOS DEBATIDOS	
ABERTURA	<p>O Juiz Federal Diretor do Foro Dr. Márcio Ferro Catapani deu início à Audiência Pública cumprimentando todos os presentes e explicando como se daria a dinâmica do evento.</p> <p>Passou a palavra ao Juiz Federal Vice-Diretor do Foro do interior Dr. Samuel de Castro Barbosa Melo que pontuou a importância do evento para o orçamento da Justiça Federal.</p>
PROJETOS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO	<p>A seguir foi dada a palavra ao Diretor da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças Cristiano Conceição Abílio para que fizesse uma apresentação da situação orçamentária da seccional.</p> <p>Cristiano explicou que o intuito era trazer um panorama do nosso orçamento para 2024, expondo um pouco do que é a nossa realidade hoje, 2023. Disse que a estrutura do orçamento da SJSP é sempre a mesma, variando quanto aos números. Que o orçamento é separado em quatro grandes grupos (pessoal e encargos sociais, benefícios assistenciais, assistência jurídica a pessoas carentes e custeio), sendo alguns deles de natureza obrigatória com relação ao gasto. Que a despesa com pessoal é gerenciada pelo Conselho da Justiça Federal. Da mesma forma os benefícios sociais, diferindo em relação à periodicidade do repasse, que é anual, com base nos beneficiários cadastrados no órgão.</p>

Que no caso da assistência jurídica à pessoas carentes temos dois orçamentos: o nosso e o da competência delegada. Que, dentre estes, temos ainda os casos em que o Poder Executivo tem interesse na ação (INSS como parte), nos quais ele descentraliza parte do seu orçamento para pagamento. Já o orçamento de custeio (atividades e projetos) é o único em que há uma certa maleabilidade para direcionar os valores recebidos. Que este orçamento sofre reajuste anual pelo IPCA de acordo com a Emenda Constitucional n.º 95/2016.

Na sequência o servidor Andres Bertolaso Ribeiro apresentou um projeto inovador, da Subsecretaria de Contratação de Serviços Administrativos e Aquisições - UMAD, que visa obter a eficiência de gestão e a economia de recursos: modernização do sistema de telefonia da seccional. Explicou que se trata de um sistema telefônico digital que promove a centralização do atendimento de algumas necessidades da Administração. Que os prédios da justiça hoje possuem os equipamentos de telefonia descentralizados (cada prédio tem o seu). Que com esse projeto, que utilizará a tecnologia *voip*, teremos centralização virtual de todo o sistema telefônico da Administração. Que não só os fóruns se beneficiarão, como também os servidores em teletrabalho, que poderão utilizar esses serviços. Que o projeto promoverá a otimização dos recursos técnicos e a atualização tecnológica dos equipamentos.

Reinaldo Demais, diretor da Divisão de Infraestrutura, fez um breve apanhado sobre a estrutura e as atribuições de sua área que cuida das obras e serviços de engenharia dos prédios da Seção Judiciária de São Paulo. Afirmou que a unidade possui atualmente 31 contratos vigentes e 26 contratações previstas. Explicou qual a prioridade nas contratações (1.º proteção contra incêndio e problemas estruturais, 2.º acessibilidade, 3.º obras elétricas e 4.º demais obras e serviços). Asseverou que está em execução a instalação de usina fotovoltaica em Araçatuba e que há previsão de instalação em 2024 nas subseções de São José do Rio Preto e Ribeirão Preto. Apresentou diversos projetos em andamento, tais como, modernização de elevadores, aquisição de edifícios, adequações de acessibilidade, mudanças de sede, etc.

Tatiana Mitiko Maruiti, Diretora da Subsecretaria de Saúde e Segurança, discorreu sobre os contratos de utilização de recursos orçamentários de sua área. Explicou que a principal utilização dos recursos orçamentários geridos pela subsecretaria diz respeito aos planos de saúde. Que o plano de saúde do interior, firmado com a Unimed Fesp. Que desde junho de 2022 os servidores e magistrados beneficiários desse plano não custeiam nada, havendo aporte integral pela justiça na fatura desse plano. Que em junho deste ano haverá renegociação. No que diz respeito ao plano da capital, em razão da melhor utilização do orçamento, foi possível majorar o auxílio-saúde e também possibilitar a redução das tabelas de custeio. Que atualmente o orçamento da justiça custeia 56% da fatura do plano de saúde da capital. Que outros contratos orçamentários da área dizem respeito ao contrato de ambulância para pessoas em situação de emergência e campanha de imunização contra a gripe. No tocante às ações relativas à segurança institucional, mencionou a aquisição de materiais para a CFTV, análise de risco dos fóruns, aquisição de coletes e uniformes, etc.. Que ano passado foi possível a ampliação da frota com a aquisição de mais dois veículos de carga leve. Que pretendem, para os próximos anos, a redução da frota de veículos da seccional, com uma nova modelagem de utilização, propiciando a redução de custos. Que estão em fase de contratação de tornezeiras eletrônicas para utilização pelas varas.

DEBATES

Encerradas as explanações foi dada a palavra aos convidados.

A Dra. Camila Austregesilo Vargas do Amaral, Conselheira da Associação dos Advogados de São Paulo - AASP, cumprimentou a todos e elogiou a iniciativa que permite a participação de entidades para dialogar sobre gestão pública. Registrou a evolução das medidas administrativas implementadas nos últimos anos, certificando que a justiça federal foi bastante eficiente com os investimentos feitos, principalmente na área de tecnologia, e especialmente no que toca à digitalização de processos. Aproveitou o espaço para compartilhar a importância do acesso ao magistrado com a criação de um canal direto para agendamento de despachos de forma a trazer mais agilidade e facilitar a interação.

Dr. Márcio afirmou que foi anotada a sugestão para posterior análise e agradeceu a participação da AASP.

Dra. Ligia Maura Fernandes Garcia da Costa, Conselheira Seccional e Presidente da Comissão Permanente de Governança e Integridade da Ordem dos Advogados de São

Paulo - OAB-SP, reforçou a sugestão dada pela AASP propondo ainda o investimento em novas tecnologias para o bom exercício da advocacia.

Fabiano dos Santos, representante do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo - SINTRAJUD, demonstrou preocupação com a proposta que vem sendo discutida no Congresso Nacional sobre o novo arcabouço fiscal, que pode trazer consequências graves para o serviço público; reiterou uma das reivindicações do sindicato de pleno aproveitamento do orçamento para que não haja devolução de recursos, registrou a ciência de que a alocação de recursos para o dimensionamento da força de trabalho cabe ao Conselho de Justiça Federal - CJF, sugerindo, entretanto, que sejam colocadas com clareza, junto ao órgão, as demandas de reposição de pessoal, colocou-se à disposição caso seja necessária a mobilização de servidores para dar respaldo à reivindicação e pontuou a necessidade de realização de novos concursos públicos para suprir os cargos vagos.

Dr. Márcio disse estar atento às discussões que vêm sendo realizadas no Congresso Nacional acerca do arcabouço fiscal, afirmando que iremos adaptar as mudanças de acordo com a realidade da Seção Judiciária de São Paulo. Afirmou que a intenção é executar o orçamento com o maior índice possível de aproveitamento. Concordou com a necessidade de reposição do quadro de servidores, em virtude das vagas que se abrem continuamente na Justiça Federal, alegando que estamos sempre trabalhando no sentido de levar essa demanda tanto ao Tribunal Regional Federal da 3.ª Região - TRF3 quanto ao Conselho de Justiça Federal - CJF. Por fim, trouxe um dado crítico acerca do índice de mais de 50% de aprovados que não tomaram posse nas últimas nomeações.

Antônio dos Santos Melquiades, representante do SINTRAJUD, pontuou a importância da aproximação da Administração com o Sindicato, solicitou apoio no tocante às demandas de aumento salarial dos servidores e sugeriu um esforço institucional no combate ao assédio moral.

Dr. Márcio asseverou que a Diretoria do Foro tem se empenhado no combate ao assédio em todas as suas formas, lembrando que a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual na Seção Judiciária de São Paulo - CEAMA tem atuado de forma bastante diligente em todos os casos que chegam até ela. Anunciou que foi lançada esse ano a Cartilha de Combate e Prevenção ao Assédio Moral e Sexual no Trabalho e afiançou que temos todo o interesse em realizar iniciativas com esse objetivo. Com relação ao aumento salarial, afirmou que acompanha as discussões que preveem o reajuste de servidores, buscando fazer o possível dentro das nossas atribuições.

A Diretora da Subsecretaria de Gestão de Pessoas, Cíntia Miluzzi, fez um aparte para reforçar que estão sendo realizados diversos eventos sobre prevenção ao assédio e discriminação, afirmando ainda que a CEAMA recebeu 16 denúncias no ano de 2022 e 8 denúncias até meados de junho de 2023 que estão sendo apuradas.

Marcos Trombeta, representante do SINTRAJUD, chamou atenção para o déficit, além do envelhecimento, dos servidores, lembrando os diversos pedidos de aposentadoria em andamento, o que torna premente a necessidade de reposição do nosso quadro. Chamou atenção para a situação dos oficiais de justiça, dado que, no último concurso não houve a previsão de vagas para a categoria, levando à convocação de aprovados no concurso do Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região. Indicou, entretanto, que novas convocações junto aos aprovados do concurso do TRT2 não ocorreram mais. Ponderou que esse envelhecimento sem a renovação do quadro impactará negativamente nas condições de trabalho de todos para os próximos anos. Por fim, sugeriu que eventuais sobras orçamentárias sejam aplicadas na saúde dos servidores e no investimento na infraestrutura dos prédios, garantindo um ambiente adequado para o funcionamento do judiciário.

Dr. Márcio ressaltou que o envelhecimento da nossa força de trabalho, aliado à diminuição no ingresso de novos servidores, traz como consequência o aumento da idade média do quadro. Esclareceu que fazemos o acompanhamento das perspectivas de aposentadoria dos servidores. Com relação aos concursos públicos, explicou que são realizados pelo Tribunal, não havendo autonomia no 1.º Grau. Entretanto, vem sendo estudada a realização de um concurso para cargos com especialidade, dentre eles, os oficiais de justiça. Afirmou que houve uma mudança de entendimento da auditoria do TRF3, limitando o aproveitamento de aprovados em concursos de outros órgãos, dificultando, portanto, essa possibilidade no futuro. Afirmou que temos tentado manter nossos prédios da melhor maneira possível e melhorá-los sempre que temos a possibilidade. Que esbarramos na falta de servidores para as áreas de infraestrutura. Que temos um número limitado de arquitetos e engenheiros para a execução dessas ações.

	<p>No tocante à alocação de verbas em saúde, Tatiana ressaltou que com as sobras orçamentárias de 2022 foi possível custear integralmente a parte do reajuste no plano de saúde dos servidores referentes aos meses de novembro e dezembro.</p> <p>Cintia complementou com alguns dados sobre o aumento de idade dos nossos servidores: 317 servidores acima de 60 anos, 326 em abono de permanência, 30 processos de aposentadoria em instrução, 47 aposentadorias publicadas em 2023 e 182 pedidos de verificação de cumprimento de requisitos para aposentadoria em andamento.</p> <p>Antônio Melquiades indagou quais as razões pelas quais os servidores não estão tomando posse, ao que Cíntia respondeu ser em razão da opção por outros concursos mais atrativos e com melhores salários, afirmando ainda que, na última nomeação da justiça, de 40 pedidos de nomeação, somente 16 tomaram posse.</p>
ENCERRAMENTO	<p>Dr. Márcio agradeceu a presença de todos, reforçando o compromisso de trabalhar, em conjunto com as entidades da sociedade civil e entidades representantes de servidores e magistrados, para tornar a Justiça Federal de São Paulo cada vez melhor.</p>



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Ferro Catapani, Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo**, em 12/06/2023, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **9861939** e o código CRC **645E33D8**.